

Perspectiva Curricular Integrada na Educação Profissional da EJA

almeja
FORMAÇÃO INTEGRADA
DE JOVENS E ADULTOS



Créditos

Autoria

LEONARDO MARTINS DA SILVA

Contato: leonardo.martins@ifg.edu.br

THAISA CARDOSO NASCIMENTO BORGES

Contato: thaisa.nascimento@ifg.edu.br

Projeto Gráfico

PEDRO HENRIQUE PEREIRA DE CARVALHO

Diagramação

MILTON FERREIRA DE AZARA FILHO

Revisão

ROSSELINI DINIZ BARBOSA RIBEIRO

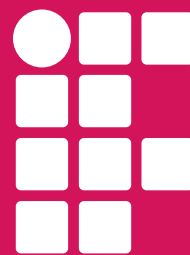
Contato: rosselini.ribeiro@ifg.edu.br

HELEN BETANE FERREIRA PEREIRA

Contato: helen.pereira@ifg.edu.br

OLLIVER ROBSON MARIANO ROSA

Contato: olliver.rosa@ifg.edu.br



**INSTITUTO
FEDERAL**
Goiás

Ficha catalográfica

**CIP- Brasil – Catalogação na Fonte
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIB/IFG**

159p Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Perspectiva curricular integrada na educação profissional da EJA/ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Thaisa Cardoso Nascimento Borges, Leonardo Martins da Silva. – Goiânia: IFG, 2026.

44 p.: il. – (Almeja: formação integrada de jovens e adultos)

ISBN 978-65-83687-21-0 (digital)

Publicação em formato pdf.

1. Educação de jovens e adultos - EJA. 2. Currículo - EJA. 3. Educação profissional. I. Borges, Thaisa Cardoso Nascimento. II. Silva, Leonardo Martins da. III. Título. IV. Série.

CDD 374.001

Maria Aparecida Andrade de Oliveira Tsu – Bibliotecária – CRB 1/1604

Apresentação

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil tem na Constituição Federal de 1988 um de seus principais marcos legais, garantindo o direito à educação para aqueles que não tiveram acesso ao ensino regular devido a diversos fatores sociais, econômicos ou culturais. Como modalidade de ensino, a EJA foi consolidada com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB – Lei n.º 9.394/1996), que estabeleceu o compromisso do Estado com sua oferta, integrando-a como parte específica da educação básica. Essa legislação reforça a EJA como uma proposta de inclusão escolar, visando atender às necessidades educacionais de jovens e adultos que não concluíram seus estudos na idade apropriada.

Desde então, os diferentes contextos têm delineado variados perfis do estudante da EJA, não somente os que buscam o acesso fora da faixa etária regular, mas também pelo trabalhador diurno, evadidos por baixa-estima, baixo desempenho, indisciplina, entre outros, levando o estudante a desistir do ensino regular e a ingressar na modalidade. Tal contexto é reflexo não somente das desigualdades sociais, mas também de políticas públicas que, de forma descontextualizada, desenvolvem ações que não atendem aos anseios da modalidade, dos profissionais da educação e da própria sociedade.

O início do estudo sobre o currículo nos remete a alguns questionamentos e direcionamentos que podem nos servir de roteiro para essa leitura: O que é currículo? Como é definido o que se ensina e o que se aprende na escola? Como tais definições se desdobram no trabalho docente? Qual o peso dessas definições para a formação dos estudantes e para a sociedade?

Pensar sobre o currículo e nas respostas para tais questionamentos certamente irá nos entrelaçar na compreensão dos processos multifacetados que envolvem a própria educação. Paulo Freire (1996), grande pensador da educação, expõe que “educar é impregnar de sentido o que fazemos a cada instante”. Tal afirmação nos permite pensar que, para além do ambiente escolar, a educação permeia a vida social em toda sua plenitude e complexidade. Tal relação fica melhor evidente quando pensamos na definição do currículo como um processo fundamental no contexto educacional, pois reflete não somente uma seleção de disciplinas e os conteúdos a serem ensinados, mas também valores, crenças e perspectivas sociais, pois se trata de um instrumento político-cultural que modela a formação dos indivíduos.

Este e-book busca contextualizar as discussões que envolvem o currículo na Educação Profissional de Jovens e Adultos e alguns dos desafios e benefícios no estabelecimento de uma proposta integrada. Para tanto, será apresentado: um breve relato acerca da gênese e definição do currículo ao longo da história; as teorias que fundamentam o currículo e que norteiam a proposta de currículo integrado; as perspectivas curriculares e as possibilidades de trabalho docente na EJA; os fundamentos da proposta curricular integrada na Educação Profissional; e os marcos legais na constituição do currículo na modalidade.

Tópico 1

Currículo: gênese, definições e transformações

Olá, estudante! Seja bem-vinda(o) ao primeiro tópico do curso! Neste momento, vamos mergulhar no fascinante mundo do currículo, um conceito central para a educação e que tem um papel fundamental na organização do ensino e da aprendizagem.

Neste tópico, vamos explorar a gênese do currículo, ou seja, como ele surgiu e se transformou ao longo da história, refletindo as mudanças sociais, políticas e culturais de cada época. Você vai descobrir que o currículo não é apenas uma lista de disciplinas ou conteúdos, mas uma prática cultural que organiza experiências de aprendizagem e molda a forma como os estudantes se relacionam com o mundo.

Além disso, vamos compreender que o currículo é um termo polissêmico, ou seja, que possui múltiplos significados. Ele pode ser entendido como um documento, um conjunto de conteúdos, ou até mesmo como uma ferramenta política que reflete valores e perspectivas sociais. A partir das contribuições de autores como Silva (1999a) e Apple (1989), vamos refletir sobre como o currículo é uma construção histórica e social, influenciada por diferentes forças e interesses.

Ao final deste tópico, você terá uma visão clara de como o currículo evoluiu desde os sistemas educacionais mais antigos até os modelos contemporâneos, e como ele se tornou um instrumento essencial para a formação dos indivíduos e para a transformação da sociedade.

Objetivos

- Compreender o conceito de currículo como uma prática cultural que organiza experiências de aprendizagem e proporciona significados.
- Analisar a natureza polissêmica do currículo, reconhecendo seus múltiplos significados e aplicações.
- Explorar a evolução histórica do currículo, desde os sistemas educacionais antigos até os modelos contemporâneos.
- Pensar sobre o papel do currículo como instrumento político-cultural, que reflete valores, crenças e perspectivas sociais.
- Identificar as influências sociais, políticas e culturais que moldaram o currículo ao longo da história.

Prepare-se para uma jornada de descobertas e reflexões sobre o currículo e seu papel na educação. Vamos lá!

O currículo se veicula a uma noção ambígua que imprime diversos significados, pois se trata de um termo polissêmico. Podemos pensar o uso de tal termo para designar formação, por exemplo: "O funcionário tem currículo para assumir a nova função"; ou ainda, para designar o documento: "Estamos recebendo currículos para a vaga de professor"; ou mesmo para designar conteúdos e/ou disciplinas: "O currículo faz uma abordagem sobre educação ambiental". Nesse sentido, alerta o Llavador (1994), a palavra currículo engana porque faz pensar numa só coisa, quando na verdade aborda uma multiplicidade de várias outras interrelacionadas.

Preocupamo-nos com a perspectiva educacional, em que Silva (1999a) nos apresenta a definição de currículo como "uma prática cultural que organiza experiências de aprendizagem, proporcionando significados e formas de relação com o mundo". Desse modo, a função não seria apenas ensinar conceitos e contextualizar fatos, mas também moldar a forma com que os estudantes compreendem e se posicionam frente ao mundo. Embora a definição nos traga significativa contribuição quanto a amplitude que tal discussão demanda, devemos ter em mente que "uma definição não nos revela o que é, essencialmente, o currículo: uma definição nos revela o que uma determinada teoria pensa o que o currículo é" (Silva, 1999a, p. 14).

A origem do currículo está intimamente ligada à história da educação, portanto, reflete as várias mudanças e evoluções que foram ocorrendo ao longo do desenvolvimento da nossa sociedade e como a escola era demandada sobre o que e como ensinar. Dos primórdios aos modelos contemporâneos, o currículo sempre foi moldado por interconexões complexas entre os âmbitos social, político, cultural e didático-pedagógico. Portanto, sim, podemos considerar a escola e o currículo como instrumentos de controle social.

Muito embora não haja total consenso sobre sua origem, sua gênese remonta os primórdios da educação formal e as mudanças ocorridas ao longo do tempo, tendo sua existência registrada desde os sistemas educacionais mais antigos até à contemporaneidade. Apple (1989) afirma que o currículo não é algo que nasceu pronto, mas sim uma construção histórica e social, moldada por diferentes forças e interesses ao longo do tempo. Existem relatos históricos que o termo "currículo" tenha sido empregado pela primeira vez em 1633 na Universidade de Glasgow, na Escócia, como sendo o curso a ser seguido pelos alunos.

Entretanto, civilizações da antiguidade já possuíam sistemas educacionais estruturados com processos de ensino voltados principalmente para a transmissão de conhecimentos práticos, valores sociais e fortemente determinados por interesses políticos e religiosos daqueles contextos históricos. Na Idade Média, sob a égide do poder da igreja, o currículo estava centrado em conteúdo da teologia, filosofia e escolástica, e tinha como principal objetivo fortalecer a fé e a manutenção do poder por meio do dogma religioso. Já com o advento da modernidade, durante o período da Renascença, século XVII, surgem as universidades. Apesar de destinadas a um público muito seletivo, as universidades proporcionaram um aumento de propostas curriculares, maior diversificação e a inclusão de disciplinas nas áreas de ciências naturais e humanas.

Com a Revolução Industrial (século XIX) e o conseqüente crescimento urbano, uma demanda crescente por educação, sobretudo que atendesse às demandas sociais daquele contexto histórico, determinou o surgimento dos sistemas educacionais públicos e de um novo conjunto de disciplinas. Já o século XX marcou o avanço da psicologia educacional e da pedagogia, momento que teorias se difundem e passam a influenciar o currículo, seja como um processo dinâmico, centrado no aluno, seja baseada nas experiências de aprendizado.

Embora esse seja o contexto histórico atual de constituição da concepção de currículo, muitos são os distanciamentos. Ainda encontramos na EJA a necessidade de se pensar um currículo próprio que, além de se aproximar da realidade dos estudantes, possa pautar necessidades e vivências, respeitar saberes já construídos, proporcionando momentos de aprendizagem capazes de articular conhecimentos prévios com conteúdos específicos. Diante do exposto, cabe-nos pensar em um currículo próprio, com a participação dos sujeitos envolvidos (estudantes, famílias, profissionais e a comunidade em geral), superando o mero "transplante do currículo diurno", numa tentativa de homogeneizar propostas e recursos didáticos e humanos, retoma as concepções mais tradicionais de currículo e denotam um papel historicamente determinado para a formação do público da EJA. Na sequência entenderemos algumas teorias que concebem o currículo de diferentes formas, para o atendimento de diferentes propósitos.

Recapitulando

Chegamos ao final do primeiro tópico do curso! Vamos revisar os principais pontos que exploramos até aqui:



Conceito de Currículo:

Aprendemos que o currículo é um termo polissêmico, ou seja, possui múltiplos significados. Ele pode ser entendido como um conjunto de conteúdos e disciplinas, um documento que organiza experiências de aprendizagem, ou ainda como uma prática cultural que molda a relação dos indivíduos com o mundo. Segundo Silva (1999a), o currículo é uma prática que organiza experiências de aprendizagem, proporcionando significados e formas de relação com o mundo.

2

Evolução Histórica do Currículo:

Vimos que o currículo está intimamente ligado à história da educação, refletindo as mudanças sociais, políticas e culturais de cada época. Desde os sistemas educacionais antigos, passando pela Idade Média, Renascença, Revolução Industrial, até os modelos contemporâneos, o currículo sempre foi moldado por forças e interesses diversos. Ele evoluiu de uma abordagem centrada na religião e na filosofia para uma visão mais dinâmica, centrada no aluno e nas experiências de aprendizagem

3

Currículo como Instrumento Político-Cultural:

Percebemos que o currículo não é neutro, mas sim um instrumento político-cultural que reflete valores, crenças e perspectivas sociais. Ele tem o poder de moldar a formação dos indivíduos e influenciar a sociedade, seja reproduzindo estruturas de poder ou promovendo transformações.

4

Desafios e Perspectivas:

Discutimos como o currículo precisa ser pensado de forma contextualizada, especialmente na Educação de Jovens e Adultos (EJA), considerando as experiências e necessidades dos estudantes. Adotar um currículo próprio para a EJA, muitas vezes baseado no "transplante do currículo diurno", é um desafio que precisa ser superado.

Reflexão Final

Ao final deste tópico, esperamos que você tenha compreendido que o currículo é muito mais do que uma lista de conteúdos ou disciplinas. Ele é uma construção histórica e social, que reflete as transformações da sociedade e tem o poder de influenciar a formação dos indivíduos. Compreender sua gênese, definições e transformações é essencial para pensar em um currículo que seja significativo, inclusivo e transformador, especialmente na EJA.

No próximo tópico, vamos explorar as teorias curriculares e como elas influenciam a prática educativa. Até lá, continue refletindo sobre o papel do currículo na educação e como ele pode ser uma ferramenta de transformação social!

Bons estudos!

Material complementar

GADELHA, L.; SOARES, M. A. B. . TEORIAS CURRICULARES: uma leitura sobre seus fundamentos e significados. **Revista Espaço do Currículo**, [S. l.], v. 14, n. Especial, p. 1–11, 2021. DOI: 10.15687/rec.v14iEspecial.57068. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec/article/view/57068>. Acesso em: 10 mar. 2025.

Referências

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1999a.

APPLE, Michael W. P. **Educação e poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

Tópico 2

Teorias do currículo

Vamos ao segundo tópico do curso! Aqui, adentraremos no universo das teorias fundamentais para entender como o currículo é concebido, organizado e aplicado na prática educativa.

Neste tópico, você vai conhecer as principais correntes teóricas que influenciam a construção do currículo, desde as perspectivas mais tradicionais até as abordagens críticas e pós-críticas. Vamos explorar como cada uma dessas teorias entende o currículo e qual é o seu impacto na educação, especialmente na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Você verá que as teorias tradicionais entendem o currículo como um instrumento para atender às necessidades da sociedade, preparando os estudantes para o mercado de trabalho. Já as teorias críticas, influenciadas por pensadores como Paulo Freire e Karl Marx, questionam as estruturas de poder e veem o currículo como uma ferramenta de transformação social. Por fim, as teorias pós-críticas ampliam essa discussão, incorporando questões de identidade, gênero, raça e diversidade, propondo um currículo mais inclusivo e multicultural.

Ao final deste tópico, você terá uma visão clara de como essas teorias influenciam a prática docente e a construção de um currículo que seja significativo e transformador para os estudantes da EJA.

Objetivos

- Conhecer as principais teorias curriculares, incluindo as tradicionais, críticas e pós-críticas.
- Compreender os conceitos-chave de cada teoria, como funcionalismo, reprodução social, conscientização, identidade e diversidade.
- Analisar o impacto das teorias curriculares na prática docente e na organização do currículo.
- Refletir sobre a aplicação das teorias críticas e pós-críticas na Educação de Jovens e Adultos (EJA), promovendo uma educação mais inclusiva e transformadora.
- Identificar como as teorias curriculares podem contribuir para a construção de um currículo que valorize as experiências e as necessidades dos estudantes.

Prepare-se para uma jornada de reflexão e aprendizado sobre as teorias que moldam o currículo e sua aplicação na educação. Vamos em frente!

O currículo tem sido objeto de estudos e análises em diversas perspectivas teóricas ao longo do tempo, ora enfatizando a eficiência da transmissão de conhecimento, ora questionando as estruturas de poder e enfatizando as singularidades dos indivíduos.

Nesse sentido, alguns autores marcaram a constituição das teorias curriculares, como: John Franklin Bobbitt (1918), em sua obra "The curriculum", que representa um marco na constituição da teoria sobre currículo em sua vertente mais conservadora; John Dewey, em sua obra "The child and the curriculum" (1902), na vertente dos progressistas, concebia a educação não somente como uma preparação para a vida adulta, mas também como uma oportunidade de vivência direta de princípios democráticos; e Ralph Tyler, com a obra "Princípios básicos de currículo e ensino" (1949), fortemente marcada pela seleção e organização de experiências e conteúdos educativos, pelo vínculo entre currículo e avaliação para inferir a eficiência da implementação dos currículos; entre outros.

A partir das diferentes abordagens, podemos agrupar as teorias do currículo em: não-críticas e/ou tradicionais, as críticas e as pós-críticas.

Nas teorias não-críticas, pautadas no funcionalismo, o currículo é entendido como instrumento para atender às necessidades da sociedade, preparando os estudantes para o mercado de trabalho, tornando-os “cidadãos úteis” à sociedade. A partir de tal ótica, o currículo é organizado no intuito de desenvolver conhecimentos e habilidades para o mundo do trabalho, sob a lógica da produção. Trata-se de uma concepção tradicional, que segue um modelo de ensino convencional e centralizador, buscando apenas a reprodução da estrutura social, uma vez que é técnica, fechada e descontextualizada, não permitindo a formação emancipatória dos estudantes, ou mesmo que estes compreendam/almejem transformações sociais.

Essa perspectiva curricular, baseada no “utilitarismo dos conhecimentos”, representa a mais conservadora dentre as tradicionais. As teorias tradicionais se caracterizam pela abordagem tecnicista e convencional na organização curricular, destacando uma abordagem neutra, com foco na formação do trabalho especializado.

Em contrapartida, as teorias críticas, pautadas no progressivismo, superam o ideal de currículo homogêneo, pois questionavam a estrutura de educação vigente. Fundamentadas na teoria dialético-crítica de Karl Marx, cujos conceitos abordam a dominação, alienação e superestrutura, as teorias críticas buscam entender o verdadeiro papel do currículo na educação e questionar as estruturas de poder às quais ele está submetido. Em contraposição ao funcionalismo, o progressivismo demonstra interesse e destaca a experiência do estudante na construção do currículo. Nesse intuito, descreve Dewey (1916), partindo de uma visão de currículo flexível e adaptado aos interesses e necessidades dos estudantes, a prática de ensino deve partir da valorização da investigação e experimentação de situações-problema, centrando no aluno e promovendo a aprendizagem ativa/significativa.

No mesmo sentido, Freire (1970) relaciona o currículo aos interesses dominantes da sociedade, que manifesta injustiças sociais e marginaliza grupos sociais, concebendo-o, portanto, como ferramenta de reprodução de desigualdades sociais. Paulo Freire afirma que o aluno deve ser o eixo central do processo de ensino e aprendizagem, organizado a partir da seleção de temas-geradores em função de sua relevância social.

Nesse sentido, Silva (1999a, p. 33) reforça:

A escola contribui para esse processo não propriamente através do conteúdo explícito de seu currículo, mas ao espalhar, no seu funcionamento, as relações sociais do local de trabalho. As escolas dirigidas aos trabalhadores subordinados tendem a privilegiar relações sociais nas quais, ao praticar papéis subordinados, os estudantes aprendem a subordinação. Em contraste, as escolas dirigidas aos trabalhadores dos escalões superiores da escala ocupacional tendem a favorecer relações sociais nas quais os estudantes têm a oportunidade de praticar atitudes de comando e autonomia.

Nos anos 1960 e 1970, sob a égide de uma perspectiva multiculturalista, o pós-estruturalismo trouxe significativas contribuições ao relacionar currículo como uma prática cultural e política. Tais contribuições são sentidas no Brasil nos anos 1990, sobretudo anos 2000, como concepção pós-crítica, em que o currículo é visto como campo de lutas políticas, de movimentos sociais e fonte de diversos significados permeados por relações de poder.

Alguns dos conceitos retomados em tal abordagem são: raça, etnia, gênero e sexualidade, tendo Tomaz Tadeu da Silva, em sua obra "Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo" (1999a), como um de seus representantes. Em tal concepção, percebe-se a demanda por diálogo e negociação como marcos nos processos de ensino e aprendizagem, assim como o currículo tornando-se um espaço de múltiplas vozes, identidades, culturas, conhecimentos e de diversidades sociais, capazes de melhor promover a inclusão em diferentes tempos, espaços e ritmos.

A Tabela abaixo, a partir das definições de Silva (1999a), nos ajuda a sistematizar conceitos e concepções que fundamentam cada uma das teorias curriculares.

Tabela 1 - Conceitos e concepções das teorias curriculares

Teorias Tradicionais	Teorias Críticas	Teorias Pós-Críticas
Ensino Aprendizagem Avaliação Metodologia Didática Organização Planejamento Eficiência Objetivos	Ideologia Reprodução Cultural e Social Poder Classe Social Capitalismo Relações Sociais de Produção Conscientização, Emancipação e Libertação Currículo Oculto Resistência	Identidade, Alteridade Diferença Subjetividade Significação do Discurso Representação Cultural Gênero, Raça, Etnia, Sexualidade Multiculturalismo

Fonte: Silva (1999a).

Frequentemente, encontram-se Projetos Políticos Pedagógicos e/ou Projetos Pedagógicos de Curso, este último no caso da Educação Profissional, com fundamentação teórica que mesclam Teorias Críticas e Pós-Críticas na construção e justificativa de proposta curricular para a EJA. Estariam então os currículos da modalidade alinhados com o contexto histórico-social? Seriam estas propostas pautadas na identidade, nas experiências e singularidade dos sujeitos? Estes seriam os referenciais para a organização do trabalho pedagógico, que possibilitaria uma abordagem curricular aberta, flexível, adaptável e integrada para o estudante? Vejamos no próximo tópico as diferentes abordagens curriculares e suas possibilidades para o trabalho pedagógico integrado.

Recapitulando

Vamos revisar os principais conceitos e reflexões que exploramos até aqui.

1

Teorias Tradicionais do Currículo

Aprendemos que as teorias tradicionais, baseadas no funcionalismo, entendem o currículo como um instrumento para atender às necessidades da sociedade, preparando os estudantes para o mercado de trabalho. O foco está na transmissão de conhecimentos e habilidades técnicas, por meio de uma abordagem tecnicista e centralizadora. O currículo é visto como neutro e descontextualizado, sem espaço para a formação crítica ou emancipatória dos estudantes.

2

Teorias Críticas do Currículo

Exploramos como as teorias críticas, influenciadas por pensadores como Karl Marx e Paulo Freire, questionam as estruturas de poder e a reprodução das desigualdades sociais por meio do currículo. Essas teorias enfatizam a conscientização e a emancipação dos estudantes, propondo um currículo flexível e adaptado às suas necessidades e interesses. O currículo é visto como uma ferramenta para transformação social, promovendo justiça e igualdade.

3

Teorias Pós-Críticas do Currículo

Vimos que as teorias pós-críticas ampliam a discussão sobre o currículo, incorporando questões de identidade, gênero, raça, etnia e sexualidade. O currículo é entendido como um campo de lutas políticas e movimentos sociais, nos quais diferentes vozes e culturas podem ser representadas. O foco está na inclusão e na valorização da diversidade, promovendo um diálogo multicultural e interdisciplinar.

4

Impacto na Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Refletimos sobre como essas teorias influenciam a prática docente na EJA. As teorias críticas e pós-críticas, em particular, incentivam os professores a valorizar as experiências prévias dos alunos, promover a conscientização sobre questões sociais e trabalhar com temas geradores que sejam relevantes para a vida e o

trabalho dos estudantes. Isso permite que o currículo da EJA seja mais do que uma simples reprodução do ensino regular, mas uma ferramenta de transformação e inclusão social.

Reflexão Final

Ao final deste tópico, esperamos que você tenha compreendido que as teorias curriculares não são apenas conceitos abstratos, mas têm um impacto direto na prática educativa. Elas nos ajudam a refletir sobre o papel do currículo na sociedade e como ele pode ser uma ferramenta para promover a justiça social, a inclusão e a transformação.

No próximo tópico, vamos explorar as diferentes abordagens curriculares, como a multidisciplinaridade, a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, e como elas podem ser aplicadas na educação, especialmente na EJA. Até lá, continue refletindo sobre como as teorias curriculares podem contribuir para uma educação mais significativa e transformadora!

Bons estudos!

Material complementar

GADELHA, L.; SOARES, M. A. B. . TEORIAS CURRICULARES: uma leitura sobre seus fundamentos e significados. **Revista Espaço do Currículo**, [S. l.], v. 14, n. Especial, p. 1–11, 2021. DOI: 10.15687/rec.v14iEspecial.57068. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec/article/view/57068>. Acesso em: 10 mar. 2025.

Referências

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1999a.

DEWEY, John. **Democracy and education: An introduction to the philosophy of education.** New York: MacMillan, 1916.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** New York: Herder & Herder, 1970.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

Tópico 3

Diferentes abordagens curriculares

Neste terceiro tópico, vamos explorar as diferentes abordagens curriculares, essenciais para entender como o conhecimento pode ser organizado e integrado no processo educativo.

Você vai conhecer conceitos como multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, que representam diferentes níveis de integração entre as disciplinas e áreas do conhecimento. Cada uma dessas abordagens tem suas particularidades e impactos na forma como o currículo é construído e aplicado.

Vamos refletir sobre como essas abordagens podem ser utilizadas para promover um currículo mais integrado e significativo, especialmente na Educação de Jovens e Adultos (EJA), onde a integração de conhecimentos é fundamental para atender às necessidades e experiências dos estudantes. Além disso, discutiremos como a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade podem ser ferramentas poderosas para superar a fragmentação do conhecimento e promover uma visão mais holística e conectada da realidade. Ao final deste tópico, você terá uma visão clara das diferentes formas de organizar o currículo e como elas podem contribuir para uma educação mais dinâmica, inclusiva e transformadora.

Objetivos


- Compreender os conceitos de multidisciplinaridade, pluridisciplinaridade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.
- Analisar as diferenças e semelhanças entre essas abordagens curriculares.
- Refletir sobre a importância da integração de conhecimentos no currículo, especialmente na Educação de Jovens e Adultos (EJA).
- Explorar como a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade podem promover uma visão mais holística e conectada da realidade.
- Identificar estratégias para aplicar essas abordagens na prática educativa, promovendo um currículo mais integrado e significativo.

Prepare-se para uma jornada de descobertas sobre como o conhecimento pode ser organizado e integrado de forma a promover uma educação mais dinâmica e conectada com a realidade dos estudantes. Vamos lá!

A partir da reflexão anterior, sobre as teorias curriculares, é possível compreender melhor as múltiplas determinações às quais o currículo pode estar condicionado. As teorias curriculares mais recentes, de cunho crítico e pós-crítico, retomam a necessidade de uma abordagem multifacetada, multicultural e, sobretudo, historicamente contextualizada. As reflexões nos permitem contextualizar, compreender o significado e as implicações do currículo, mas também nos convidam a retomar os questionamentos inicialmente propostos.

Quais seriam as possibilidades efetivas de se pensar o currículo a partir de interações entre as disciplinas científicas? Os diferentes níveis de interação disciplinar nos remetem a conceitos que não são únicos ou mesmo pacificados pelos estudiosos do tema. Uma breve revisão teórica sobre os conceitos de Disciplinaridade, Multidisciplinaridade, Pluridisciplinaridade, Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade nos permitem constatar que estes foram adquirindo corpo e significação ao longo das últimas décadas, numa tentativa de construção do conhecimento sob uma perspectiva multifacetada.

Morin (2002) destaca que o termo disciplina passa a ter ligação direta com o conhecimento científico, principalmente nos séculos XIX e XX, ao estabelecer relação com o progresso da pesquisa científica. Nesse sentido, destaca o caráter autônomo, seja pelo uso de uma linguagem particular, ou mesmo pelas técnicas e teorias que utiliza na construção do conhecimento:



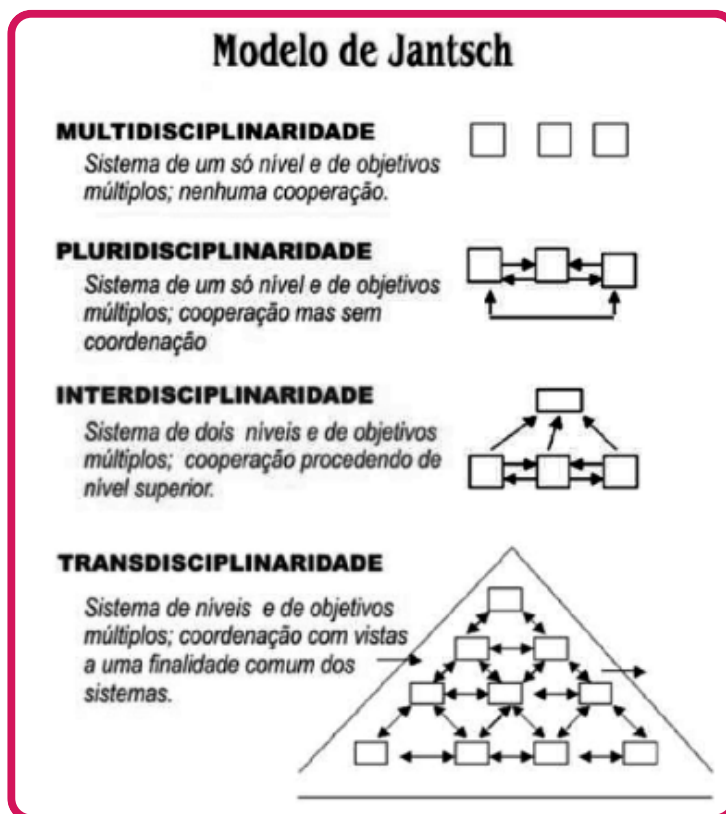
[...] uma categoria que organiza o conhecimento científico e que institui nesse conhecimento a divisão e a especialização do trabalho respondendo à diversidade de domínios que as ciências recobrem. Apesar de estar englobada num conjunto científico mais vasto, uma disciplina tende naturalmente à autonomia pela delimitação de suas fronteiras, pela linguagem que instaura, pelas técnicas que é levada a elaborar ou a utilizar e, eventualmente, pelas teorias que lhe são próprias (Morin, 2002, p. 37).

Koehler (1959) traz que a palavra disciplina, de mesma origem do termo discípulo, do latim “discipulus”, que significa ensino, instrução, método de ensino, matéria de ensino, mas também significa sujeição, ordenação. Enquanto processo, a disciplinarização do conhecimento tem início a partir do século XVII, com o avanço científico, a consolidação do pragmatismo e a autonomia das diversas áreas que, entre outros aspectos, conduziram a um processo de tipificação e categorização do conhecimento.

A multidisciplinaridade, na perspectiva de Gusdorf (1990), é equivalente à pluridisciplinaridade, ou seja, está fundamentada na justaposição de ideias e, hierarquicamente, localizada no primeiro nível em termos de interação entre as disciplinas.

Desse modo, a interdisciplinaridade é um exercício, no plano de organização do currículo, que visa minimizar os enrijecimentos e subdivisões na construção do conhecimento, mas também conduzir à universalidade do conhecimento científico de forma integrada. Nesse sentido, são menores os limites e possibilidades reais de promoção de um currículo integrado do que interdisciplinar. A Figura 1, na sequência, organiza os diferentes níveis de interação entre as disciplinas a partir do Modelo de Jantsch.

Figura 1 – Modelo de Jantsch



Fonte: Adaptado de Silva (1999b).

Uma definição de multidisciplinaridade aparece em Nicolescu et al. (2000), em que é concebida como a busca por integração de conhecimento por meio de um objeto de estudo, uma mesma ou por várias disciplinas ao mesmo tempo, trazendo contribuições significativas a uma disciplina em específico. Em termos de interação, na multidisciplinaridade, como observamos na figura, não existe interação entre as várias disciplinas. Já na pluridisciplinaridade existem níveis de interação que compõem o estudo, projeto ou objetivo.

Na abordagem interdisciplinar, tal qual nas anteriormente apresentadas, não há uma negação das disciplinas, mas sim uma sustentação a partir do seu desenvolvimento. Existe, portanto, uma preocupação com a unidade do saber ancorada na inteligibilidade e domínio do conhecimento como forma de se alcançar e/ou se aproximar da totalidade do saber de uma dada realidade (Gusdorf, 2006, p. 56). Podemos afirmar, portanto, que existe uma “aventura” fora do domínio próprio da linguagem e das técnicas de determinada disciplina.

Domingues (2005) afirma que as experiências interdisciplinares apresentam três características básicas: a aproximação de campos disciplinares diferentes para a solução de problemas específicos; compartilhamento de metodologias; e a criação de novas disciplinas a partir da cooperação/fusão entre campos.

A partir de níveis mais profundos de interação, a transdisciplinaridade sugere uma ordem de fusão unificadora aprofundada, ultrapassando e transcendendo barreiras disciplinares, a partir de vários significados e contextos atribuídos. Ou seja, trata-se de um horizonte de possibilidades de interação para as ciências e o processo de construção do conhecimento científico.

Atualmente, uma das questões que permeiam o debate acerca do currículo se refere ao nível de interação entre as diferentes áreas, disciplinas, atividades e conteúdos que comportam o conhecimento científico e escolar. Algo que parece se materializar em tal discussão é que a interdisciplinaridade tem sido concebida como uma “tendência” imprescindível, traduzida nas mais diferentes proposições: currículo integrado, currículo interdisciplinar, currículo globalizado, entre outros. Partindo da concepção de que o currículo é determinado de várias maneiras, alvo de vários interesses, não podemos deixar de refletir sobre os discursos embutidos, os quais, no atendimento a contextos hegemônicos, podem conter prescrições do que e como ensinar em sistemas educativos. Nesse sentido, estamos nos referindo a uma concepção da interdisciplinaridade mais como um método de trabalho pedagógico do que como um procedimento técnico-científico.

Recapitulando

E chegamos ao final do terceiro tópico do nosso curso! Vamos revisar os principais pontos que exploramos até aqui.



Teorias Tradicionais do Currículo

Aprendemos que a multidisciplinaridade é uma abordagem em que as disciplinas são justapostas, mas não há cooperação ou integração entre elas. É um sistema de um só nível, com objetivos múltiplos, mas sem interação entre as áreas do conhecimento.

2

Pluridisciplinaridade

Envolve cooperação entre as disciplinas, mas ainda sem uma coordenação clara. As disciplinas trabalham juntas, mas mantêm suas fronteiras bem definidas.

3

Interdisciplinaridade

Vimos que a interdisciplinaridade é uma abordagem mais integrada, em que as disciplinas cooperam de forma coordenada, buscando objetivos comuns. Ela promove a unidade do conhecimento e a resolução de problemas de forma mais holística.

4

Transdisciplinaridade:

Discutimos como essas abordagens podem ser aplicadas na Educação de Jovens e Adultos (EJA), promovendo um currículo mais integrado e significativo. A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, em particular, são ferramentas poderosas para superar a fragmentação do conhecimento e atender às necessidades dos estudantes.

Reflexão Final

Ao final deste tópico, esperamos que você tenha compreendido que a forma como organizamos o currículo tem um impacto direto na qualidade da educação. As abordagens multidisciplinar, pluridisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar oferecem diferentes caminhos para integrar conhecimentos e promover uma visão mais conectada e holística da realidade. Essas abordagens são especialmente relevantes para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), pois a integração de saberes e a valorização das experiências dos estudantes são fundamentais para a aquisição de conhecimentos.

No próximo tópico, vamos explorar o currículo integrado na Educação Profissional de Jovens e Adultos, aprofundando como essas abordagens podem ser aplicadas na prática para promover uma educação que dialogue com as necessidades do mundo do trabalho e da vida cotidiana dos estudantes. Veremos como o trabalho, como princípio educativo, e a formação politécnica podem ser pilares para a construção de um currículo que seja ao mesmo tempo técnico, crítico e transformador.

Até lá, continue refletindo sobre como as abordagens curriculares discutidas neste tópico podem ser aplicadas na EJA, especialmente na perspectiva de um currículo integrado que prepare os estudantes não apenas para o mercado de trabalho, mas para a vida em sociedade.

Bons estudos!

Material complementar

DA SILVA, Clebson Gomes; DE PINHO, Maria José; VIDAL, Rita de Cássia Castro; FERNANDES, Jessica Cristina Santos. INTERDISCIPLINARIDADE EM CURRÍCULO E PROJETOS: PERSPECTIVAS CRÍTICAS. **Revista Nova Paideia - Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 23–44, 2022. DOI: 10.36732/riep.v4i2.136. Disponível em: <https://ojs.novapaideia.org/index.php/RIEP/article/view/136>. Acesso em: 10 mar. 2025.

Referências

MORIN, Edgar. A articulação dos saberes. In: MORIN, Edgar; ALMEIDA, Maria da Conceição; CARVALHO, Edgard de Assis (orgs.). **Educação e complexidade: os sete saberes e outros ensaios**. São Paulo: Cortez, 2002.

GUSDORF, Georges. Conhecimento interdisciplinar. In: POMBO, Olga; GUIMARÃES, Henrique Manuel; LEVY, Teresa (orgs.). **Interdisciplinaridade: antologia**. Porto: Campo das Letras, 2006.

DOMINGUES, Ivan. Em busca do método. In: DOMINGUES, Ivan (org.). **Conhecimento e transdisciplinaridade**: aspectos metodológicos. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

NICOLESCU, Basarab et al. (orgs.). **Educação e transdisciplinaridade**. Tradução de Judite Vero, Maria F. de Mello e Américo Sommerman. Brasília: UNESCO, 2000.

Tópico 4

Currículo Integrado na Educação de Jovens e Adultos

Vamos ao quarto tópico do curso! Neste momento, mergulharemos no conceito de currículo integrado e sua aplicação na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Este tópico é especialmente importante porque conecta as discussões teóricas que vimos até agora com a prática educativa, mostrando como o currículo pode ser uma ferramenta poderosa para promover uma educação mais significativa e transformadora.

Aqui, vamos explorar como o currículo integrado se baseia em princípios como a interdisciplinaridade, o trabalho como princípio educativo e a formação politécnica. Esses conceitos são fundamentais para construir um currículo que dialogue com as necessidades dos estudantes da EJA, integrando conhecimentos teóricos e práticos, e preparando-os tanto para o mundo do trabalho quanto para o exercício da cidadania.

Além disso, vamos refletir sobre os desafios e as possibilidades de implementar um currículo integrado na EJA, considerando as especificidades desse público e as demandas socioeconômicas e culturais que eles trazem para a sala de aula. Veremos como o currículo integrado pode ser uma resposta às limitações do currículo tradicional, promovendo uma educação mais inclusiva, flexível e adaptada às realidades dos estudantes.

Ao final deste tópico, você terá uma visão clara de como o currículo integrado pode ser aplicado na prática, contribuindo para a formação integral dos estudantes da EJA.

Objetivos

- Compreender o conceito de currículo integrado e seus princípios fundamentais, como a interdisciplinaridade e o trabalho como princípio educativo.
- Analisar a importância da formação politécnica na construção de um currículo que integre conhecimentos teóricos e práticos.
- Refletir sobre os desafios e as possibilidades de implementar um currículo integrado na Educação de Jovens e Adultos (EJA).
- Explorar estratégias para promover a integração entre os componentes curriculares, considerando as necessidades e experiências dos estudantes da EJA.
- Identificar como o currículo integrado pode contribuir para uma educação mais inclusiva, flexível e transformadora.

Prepare-se para uma jornada de reflexão e aprendizado sobre como o currículo integrado pode ser uma ferramenta poderosa para promover uma educação que dialogue com as necessidades dos estudantes da EJA. Vamos lá!

A leitura até aqui nos permitiu elucidar alguns dos questionamentos iniciais, mas certamente nos abre um conjunto de outros, sobretudo os relacionados ao entendimento da proposta curricular que se desenhou para o público da EJA. Qual a concepção do currículo para a EJA? Como ela tem sido pensada e construída nos projetos pedagógicos? Sob qual perspectiva teórica tem se consolidado?

Esses e outros questionamentos se apresentam como campo de pesquisa e demandam estudos aprofundados e contextualizados, passando pela compreensão e até a aplicação dos instrumentos da política educacional, bem como pelos seus desdobramentos junto à comunidade e gestão escolar. Contudo, em se tratando das especificidades demandadas pelo público da EJA, o desafio de constituir um currículo que traduza os anseios da modalidade perduram.

Partiremos aqui da premissa de que, em se tratando do currículo para a EJA, se estabelece a “interdisciplinaridade como princípio”, vez que, no contexto de formação para a vida e para o mundo do trabalho, esta se apresenta intrinsecamente ligada à necessidade de compreensão da vida e do mundo sob diferentes perspectivas.

A partir de tal princípio, constitui-se o “currículo integrado como método” de exercício da interdisciplinaridade, como um exercício de diálogo e colaboração entre as disciplinas, evitando-se a estrutura fragmentada na construção do conhecimento. Neste sentido, a concepção de método caminha, necessariamente, no sentido da perspectiva histórico-dialética de construção do conhecimento em uma sociedade economicamente determinada. Nesse sentido, a perspectiva histórico-dialética permite a compreensão dos processos de construção das realidades, subjetividades e seus desdobramentos, buscando a transformação a partir da prática educativa.

A denominação de currículo integrado tem sido utilizada como uma tentativa de contemplar uma compreensão global do conhecimento, bem como de promover o exercício da interdisciplinaridade na sua construção, fugindo de uma visão hierárquica, classificatória e dogmática do conhecimento (Santomè, 1998).

Bernstein (1996) comenta que, na organização do conhecimento escolar, existe elevado grau de classificação que emana de abordagens unilateralmente disciplinares. Segundo o autor, o currículo e as próprias disciplinas dispõem de “códigos” que podem ser integrados, abandonando o que denomina “código coleção” em direção a “código integrado”.

Alguns conceitos se apresentam na incorporação da perspectiva integrada na prática educativa e nos remetem novamente ao eixo epistemológico da organização curricular, são eles: a formação politécnica e omnilateral, educação tecnológica ou politécnica e o trabalho como princípio educativo, o qual inicialmente nos propomos abordar.


Conforme Ciavatta, no Dicionário da Educação Profissional em Saúde (2008, p. 408), “o trabalho como princípio educativo remete às relações entre o trabalho e a educação, concebendo o caráter formativo do trabalho e da educação enquanto ação humanizadora”. Já em 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente materializa tal concepção como “a atividade laboral em que as exigências pedagógicas, relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando têm prevalência” (ECA, 1990, § 1º, artigo 68). A educação profissional, na Resolução n.º 06, de 20 de setembro de 2012, que define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, destaca que, a partir de tal perspectiva, o trabalho deve ser assumido como princípio educativo à medida que estabelece relação com a ciência, a tecnologia e a cultura, organizada em uma proposta político-pedagógica e de desenvolvimento curricular (Brasil, 2012).

Estamos nos referindo às propostas político-pedagógicas que associam no currículo uma estreita relação entre educação e trabalho? O processo formativo estaria condicionado à formação para o mundo do trabalho? A mesma relação social de trabalho, da atual sociedade capitalista, que divide o homem em classes, não reproduziria a mesma divisão na educação? Nesse sentido, Saviani (2007) destaca que, com o surgimento da escola, a relação entre trabalho e educação também assume uma dupla identidade, vez que remete a pensar e associar teoria e prática social. O autor nos auxilia na compreensão, não somente do trabalho como princípio educativo, mas também quanto a seus desdobramentos na concepção de educação tecnológica ou politécnica. Para tanto, a politecnia

[...] postula que o processo de trabalho desenvolve, numa unidade indissolúvel, os aspectos manuais e intelectuais. Um pressuposto dessa concepção é de que não existe trabalho manual puro, e nem trabalho intelectual puro. Todo trabalho humano envolve a concomitância do exercício dos membros, das mãos, e do exercício mental, intelectual. Isso está na própria origem do entendimento da realidade humana, enquanto constituída pelo trabalho [...] (Saviani, 1989, p. 8).

Desse modo, a proposta de currículo integrado, na Educação Profissional de Jovens e Adultos, retoma a perspectiva de formação politécnica e omnilateralidade. O conceito de formação omnilateral, apesar de não ter sido desenvolvido por Marx, retoma pressupostos de sua teoria, vez que destaca o papel de formação do trabalho ligado à instrução, analisando não somente a antologia do trabalho na vida do homem enquanto ser social, mas como algo que também demanda compreensão quanto à inserção histórico-política dos sujeitos.

Frigotto (2012) destaca o papel da formação omnilateral na construção de um projeto de uma nova sociedade, pautada no trabalho, conhecimento, ciência, tecnologia e cultura:



A tarefa do desenvolvimento humano omnilateral e dos processos educativos que a ele se articulam direciona-se num sentido antagônico ao ideário neoliberal. O desafio é, pois, a partir das desigualdades que são dadas pela realidade social, desenvolver processos pedagógicos que garantam, ao final do processo educativo, o acesso efetivamente democrático ao conhecimento na sua mais elevada universalidade. Não se trata de tarefa fácil e nem que se realize plenamente no interior das relações sociais capitalistas. Esta, todavia, é a tarefa para aqueles que buscam abolir estas relações sociais (Frigotto, 2012, p. 270).

Na educação profissional, o desafio se apresenta de forma concisa pelo Decreto n.º 5.154, de 23 de julho de 2004, que, ao estabelecer diretrizes e bases da educação nacional, cria o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, demandando não somente a criação do currículo integrado nos projetos político-pedagógicos, mas também uma maior reflexão quanto à prática pedagógica. Com a aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional, por intermédio do Parecer CNE/CEB n.º 11/12, em maio de 2012, o currículo integrado assume mais um viés formativo.

Nesta proposta temos uma articulação entre a formação geral, ensino propedêutico, e a formação profissional a partir de um inter-relacionamento entre teoria e a prática, o que demanda a integração entre os vários componentes curriculares e um maior vínculo entre as ações relacionadas ao ensino, pesquisa e a extensão.

Em tal perspectiva, a formação politécnica não é entendida como a formação pautada no ensino das várias técnicas, mas sim nos fundamentos históricos, científicos e tecnológicos que auxiliam na trajetória acadêmica do estudante. Desse modo, essa formação não é a profissionalização em si, mas sim o modo de organização do ensino, que além de oportunizar o fundamento do conhecimento técnico, possibilita também a compreensão das bases científicas que orientam o processo de produção (Saviani, 2007).

Em termos organizacionais, ao nos depararmos com um PPC – Projeto Pedagógico de Curso – da Educação Profissional de Jovens e Adultos, é comum observar uma organização em três núcleos: básico (disciplinas da formação propedêutica), integrado (resultante do exercícios de integração entre a formação básica e técnica) e profissional (essencialmente técnica). Muito embora se observe a busca pela integração, não há uma metodologia clara quanto à forma com que se desdobrará a integração entre os conhecimentos.

Sobre essa problemática, que envolve a materialização do currículo integrado, certamente, parte dela diz respeito ao planejamento, pois estamos aqui nos referindo ao diálogo entre as áreas, em tentativas de docência compartilhada, produção de materiais didáticos, instrumentos avaliativos conjuntos, ações ampliadas que se consolidam na associação entre teoria e prática, na realização de pesquisas e também no campo da extensão. Todas essas são atividades que demandam tempo considerável de planejamento, que muito extrapolam a semana de planejamento docente que inicia os anos letivos ou mesmo os semestres, pois demandam planejamento pedagógico contínuo.

Um conjunto de proposições, quanto a implementação do currículo integrado na educação profissional, são encontradas em Silva (2012) que, ao discutir PROEJA no IFSC - Instituto Federal de Santa Catarina, estabelece reflexões sobre o planejamento coletivo e propõe o trabalho pedagógico com conceitos, temas e eixos integradores (quadro abaixo); o uso de temas geradores; a pesquisa como ponto de partida; o acolhimento como estratégia de integração; as histórias de vida na integração curricular, entre outras.

Tabela 2: Trabalho com temas, conceitos e eixos integradores

Tema	Conceitos	Eixo Integrador
Avanços técnicos na área industrial	Tecnologia Industrialização Trabalho	Tecnologia e Mundo do Trabalho
Água	Recursos Hídricos Meio Ambiente Sociedade	Meio Ambiente e Sociedade

Diferença entre
homens e mulheres

Gênero Família
Propriedade

Relações de Gênero
na sociedade atual

Fonte: Silva (1999a).

Muito embora haja docentes que compreendam as demandas para o trabalho pedagógico, por compartilharem entendimento sobre currículo integrado e seus desdobramentos, existe ainda muita resistência, por parte de outros, até mesmo pelo desconhecimento. Soma-se ainda o baixo investimento em formação continuada de professores, por parte das instituições/unidades escolares, em prol de uma unificação da equipe, seja na concepção, seja nas ações a serem desenvolvidas. É preciso destacar ainda as demandas por recursos e investimentos em infraestruturas adequadas, como laboratórios, equipamentos, espaços de estudo e atendimento a estudantes e docentes, demais insumos para o ensino, pesquisa e extensão, que possam coadunar esforços e viabilizar projetos integradores na promoção da educação profissional.

Recapitulando

Chegamos ao final do quarto tópico! Vamos revisar os principais pontos que exploramos até aqui, conectando-os com as discussões do tópico 5 sobre os marcos legais que influenciam a construção do currículo.



Currículo Integrado

Aprendemos que o currículo integrado é uma proposta que busca superar a fragmentação do conhecimento, promovendo a interdisciplinaridade e o trabalho como princípio educativo. Ele visa integrar conhecimentos teóricos e práticos, preparando os estudantes tanto para o mundo do trabalho quanto para o exercício da cidadania.

2

Formação Politécnica e Omnilateralidade

Exploramos como a formação politécnica e o conceito de omnilateralidade são fundamentais para o currículo integrado. Esses conceitos destacam a importância de uma educação que vá além da profissionalização, promovendo a compreensão das bases científicas, tecnológicas e culturais que orientam o processo de produção.

3

Desafios na Implementação

Refletimos sobre os desafios de implementar um currículo integrado na EJA, como a necessidade de planejamento pedagógico contínuo, a formação docente e a infraestrutura adequada. Esses desafios são amplificados quando consideramos os marcos legais a serem discutidos no tópico 5, que muitas vezes não são suficientes para garantir uma educação de qualidade e inclusiva.

4

Estratégias para a Prática

Discutimos estratégias para promover a integração curricular, como o uso de temas geradores, a pesquisa como ponto de partida e o trabalho com histórias de vida. Essas estratégias são essenciais para construir um currículo que dialogue com as necessidades e experiências dos estudantes da EJA.

Reflexão Final

Ao final deste tópico, esperamos que você tenha compreendido que o currículo integrado é uma proposta poderosa para promover uma educação mais significativa e transformadora, especialmente na EJA. No entanto, sua implementação enfrenta desafios significativos, muitos dos quais estão relacionados aos marcos legais discutidos no próximo tópico.

A LDB e a BNCC são importantes, pois estabelecem diretrizes e bases para a educação, mas não são suficientes para garantir uma educação de qualidade e inclusiva. A BNCC, por exemplo, traz um discurso de interdisciplinaridade, mas muitas vezes não oferece as ferramentas necessárias para que isso se concretize na prática. Além disso, a falta de investimento em formação docente, planejamento pedagógico e infraestrutura dificulta a implementação de um currículo integrado que dialogue com as necessidades dos estudantes da EJA.

No próximo tópico, vamos explorar os marcos legais da construção do currículo, pois é essencial que estes sejam acompanhados de políticas públicas que garantam os recursos e as condições necessárias para que o currículo integrado seja efetivamente aplicado. Isso inclui a promoção de um diálogo mais próximo com a comunidade e os estudantes, para que o currículo realmente atenda às suas necessidades e promova uma educação transformadora.

Por fim, retomaremos as discussões realizadas ao longo do curso no intuito de ratificar a importância do currículo integrado para a construção de uma educação mais inclusiva e de qualidade. Até lá, continue refletindo sobre como o currículo integrado, aliado a marcos legais mais efetivos, pode ser uma ferramenta poderosa para transformar a educação!

Bons estudos!

Material complementar

ALVES, Telma. Currículo Integrado na Modalidade EJA: a pedagogia de projetos no PROEJA. **Revista Contexto & Educação**, [S. l.], v. 35, n. 112, p. 155–169, 2020. DOI: 10.21527/2179-1309.2020.112.155-169. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/10359>. Acesso em: 10 mar. 2025.

Referências

BERNSTEIN, Basil. **A estruturação do discurso pedagógico**: classe, código e controle. Petrópolis: Vozes, 1996.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação omnilateral. In: CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França. **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

SANTOMÉ, Jurjo. **Globalização e interdisciplinaridade**: o currículo integrado. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SAVIANI, D. **Sobre a concepção de politecnia**. Ministério da Saúde. Rio de Janeiro: Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio, 1989.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-165, jan./abr. 2007.

SILVA, Adriano Larentes da. **Currículo integrado**. Florianópolis: IFSC, 2014.

Tópico 5

Marcos Legais de Construção do Currículo

Vamos ao último tópico do curso! Neste momento, exploraremos os marcos legais que fundamentam a construção do currículo no Brasil, a partir da Primeira República, e como eles impactam a educação, especialmente a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Este tópico é crucial porque nos permite entender como as políticas públicas e as legislações educacionais influenciam a organização e a implementação do currículo nas escolas.

Analisaremos os principais marcos legais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Esses instrumentos legais são fundamentais para garantir o direito à educação e estabelecer diretrizes curriculares que atendam às necessidades dos estudantes.

Além disso, vamos refletir sobre os desafios e as limitações desses marcos legais, especialmente no que diz respeito à implementação de um currículo que seja verdadeiramente inclusivo e adaptado às realidades dos estudantes da EJA. Veremos como, apesar dos avanços, ainda há muito a ser feito para garantir que as políticas educacionais se traduzam em práticas pedagógicas efetivas e transformadoras.

Ao final deste tópico, você terá uma visão clara de como os marcos legais influenciam a construção do currículo e quais são os desafios que ainda precisam ser superados para promover uma educação de qualidade e inclusiva.

Objetivos

- Conhecer os principais marcos legais que influenciam a construção do currículo no Brasil, como a LDB, a BNCC e o PROEJA.
- Compreender o papel desses marcos legais na garantia do direito à educação e na organização do currículo escolar.
- Analisar os impactos da BNCC na educação, especialmente na EJA, e discutir suas limitações e desafios.
- Refletir sobre os desafios de implementação de um currículo inclusivo e adaptado às necessidades dos estudantes da EJA.
- Identificar possíveis ações e políticas que possam contribuir para superar os desafios e promover uma educação mais inclusiva e de qualidade.

Prepare-se para uma jornada de reflexão sobre como as políticas públicas e as legislações educacionais influenciam a construção do currículo e a prática pedagógica. Vamos lá!

A construção de uma cronologia de marcos legais, na consolidação de propostas curriculares no Brasil, pode remontar ao período colonial e aos primórdios da educação jesuítica. Como o intuito é construir um panorama das determinantes atuais, essa construção tomou a Primeira República como marco temporal. Nesse sentido, desponta a Lei Saraiva, n.º 1.331/1889 que estabelecia o ensino primário como obrigatório, mas não necessariamente uma proposta curricular nacional uniforme.

A Era Vargas, de 1930 a 1945, foi marcada pela Reforma Francisco Campos que, através da Lei n.º 4.024/1939, criou o Ensino Primário (1ª a 4ª série), o Ensino Complementar (5ª a 8ª série) e o Ensino Técnico, agora com a introdução de um currículo nacional mínimo. No contexto ditatorial, a Reforma educacional, pensada a partir da Lei n.º 5.692/1971, introduziu a Educação Profissional como parte do Ensino Médio, estabelecendo um currículo técnico-profissionalizante em paralelo ao currículo regular.

Com a redemocratização, a Constituição Federal de 1988, estabeleceu a educação como direito de todos e dever do Estado, estabelecendo bases para uma educação nacional mais inclusiva e democrática, reafirmada pela LDB, Lei n.º 9.394/1996, ainda concebida como principal legislação educacional do país. Com a legislação foram estabelecidos princípios e diretrizes para o currículo escolar, dando autonomia para as escolas e redes de ensino definirem seus currículos, elaborarem seus projetos pedagógicos a partir dos parâmetros nacionais. Os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) foram instituídos pelo MEC - Ministério da Educação e do Desporto, em 1997 e 1998, respectivamente, os PCNs de 1ª a 4ª séries e de 5ª a 8ª séries.

Quanto à EJA, a LDB/1996 ainda a incluiu como modalidade de ensino destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade apropriada. No ano de 2014, o PNE – Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei n.º 13.005, estabeleceu metas e estratégias para a educação brasileira, incluindo a ampliação do acesso e a melhoria da qualidade da EJA.

Em 24 de junho de 2005 é criado, pelo Decreto n.º 5.478, o PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na modalidade da Educação de Jovens e Adultos. Inicialmente ofertado pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a partir do Decreto n.º 5.840, de 13 de julho de 2006, foi ampliado em termos de abrangência podendo também ser adotado por instituições públicas de ensino estaduais e municipais.

Em 22 de dezembro de 2017, foi publicada a Resolução CNE/CP n.º 2, que instituiu e orientou a implantação da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), tornando suas diretrizes obrigatórias ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. A partir da resolução, são estabelecidos conhecimentos, competências e habilidades essenciais que todos os estudantes devem desenvolver ao longo da educação básica, inclusive os estudantes da EJA. Muito discutida no meio acadêmico, em parte pela forma com que foi estabelecida, sem a devida participação social e dentro de um contexto de disputas políticas, a BNCC é alvo de muitas críticas. Parte dessas críticas se deve à homogeneização do currículo e a simplificação dos objetivos das disciplinas.

Paralelo aos marcos legais apresentados, quanto à constituição do currículo, foram sendo implementadas políticas visando à ampliação do tempo escolar e à inclusão de estudantes com deficiência e necessidades especiais, o que passou, em diferentes níveis e proporções, a impactar o processo de elaboração e implementação das propostas curriculares no país.

Recapitulando

Chegamos ao final do quinto tópico do curso! Vamos revisar os principais pontos que exploramos até aqui.



1

Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)

Aprendemos que a LDB é o principal marco legal da educação brasileira, estabelecendo as diretrizes e bases para a organização do sistema educacional. Ela garante o direito à educação para todos, incluindo os estudantes da EJA, e estabelece a educação como um dever do Estado.



2

Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

Exploramos como a BNCC define os conhecimentos, competências e habilidades essenciais que todos os estudantes devem desenvolver ao longo da educação básica. No entanto, discutimos também as críticas à BNCC, especialmente no que diz respeito à homogeneização do currículo e à falta de participação social em sua elaboração.

3

PROEJA e Educação Profissional

Refletimos sobre o PROEJA, um programa que busca integrar a educação profissional com a educação básica na modalidade EJA. Apesar de ser uma iniciativa importante, ainda há desafios significativos na implementação de um currículo integrado que dialogue com as necessidades dos estudantes.

4

Desafios de Implementação

Vimos que, apesar dos avanços trazidos pelos marcos legais, ainda há muitos desafios na implementação de um currículo inclusivo e adaptado às realidades dos estudantes da EJA. A falta de investimento em formação docente, planejamento pedagógico e infraestrutura são alguns dos principais obstáculos.

Ao final deste tópico, esperamos que você tenha compreendido que os marcos legais são um ponto de partida importante, mas não são suficientes para garantir uma educação de qualidade e inclusiva. A LDB, a BNCC e o PROEJA estabelecem diretrizes e bases para a educação, mas ainda há muitos desafios a serem superados, especialmente na implementação de um currículo que dialogue com as necessidades dos estudantes da EJA.

É essencial que as políticas públicas sejam acompanhadas de investimentos em formação docente, planejamento pedagógico e infraestrutura, além de promover um diálogo mais próximo com a comunidade e os estudantes. Somente assim poderemos construir uma educação que seja verdadeiramente inclusiva, flexível e transformadora.

Material Complementar:

De MELLO, Guiomar Namó. **Currículo da Educação Básica no Brasil:** concepções e políticas. Setembro, 2014. Disponível em: https://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2015/09/guiomar_pesquisa.pdf. Acesso em: 10. mar. 2025.

Referências

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 30 mar. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução n.º 6, de 20 de setembro de 2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 set. 2012.

Algumas considerações

Este curso se propôs a partir de uma revisão teórico-conceitual, estabelecer diálogos e reflexões que, de alguma maneira, possam contribuir para a proposição e/ou implementação de uma proposta curricular para a Educação Profissional de Jovens e Adultos.

O currículo escolar, enquanto documento normativo, compreende objetivos no processo de ensino e aprendizagem e é um norteador da prática docente. É preciso concebê-lo como um documento condicionado a um projeto de sociedade e de mundo que se quer. Por intermédio das políticas educacionais e de seus instrumentos, vários são seus desdobramentos na prática docente, que exige, na etapa de construção dos Projetos Políticos Pedagógicos e de Curso, uma reflexão coletiva quanto ao atendimento daquela comunidade/público, de forma a traduzir suas necessidades e anseios. A proposição de um currículo integrado para a Educação Profissional de Jovens e Adultos, precisa estar alinhada às demandas socioeconômicas e culturais desse público, com ações que retomem as aprendizagens, vivências pregressas e as experiências singulares de cada sujeito, em que a organização do trabalho pedagógico esteja alicerçada em uma abordagem curricular aberta, flexível e adaptada aos estudantes.

Apesar de o aparato legal e institucional da Educação Profissional para a EJA existir, grande são os desafios em se implementar ações concretas na perspectiva do currículo integrado. Muito embora encontremos projetos que materializam tal concepção, as ações demandam trabalho pedagógico coletivo, tempo de planejamento pedagógico e investimentos em infraestrutura, formação inicial e continuada, bem como insumos que possibilitem a integração entre ensino, pesquisa e extensão.

Enquanto a estrutura curricular dos projetos e as ações pedagógicas para a Educação Profissional de Jovens e Adultos se estabelecerem dentro de uma perspectiva teórico-conceitual tradicional, quase sempre através de um “transplante do ensino diurno”, desconsiderando as singularidades de seu público, a formação do estudante-trabalhador ficará para depois e funcionará como mecanismo de reprodução social.

A perspectiva do currículo integrado precisa se materializar como um novo fôlego para se discutir a EJA, concebendo-a como método, desde as ações de acolhimento e envolvimento dos estudantes no processo de ensino e aprendizagem à tomada da pesquisa como ponto de partida para a aquisição de conhecimentos, a partir da reflexão sobre a prática e a compreensão do mundo. Nessa perspectiva o exercício interdisciplinar é retomado como princípio norteador, como fio condutor de movimento do trabalho pedagógico, das histórias de vida e da integração curricular.

Agradecemos por acompanhar este curso e esperamos que as reflexões e discussões que tivemos ao longo dos tópicos possam contribuir para a sua prática educativa e para a construção de uma educação mais justa e inclusiva.

Até a próxima!

Referências

APPLE, Michael W. P. **Educação e poder**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 1999a.

almeja

INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS | PROJETO ALMEJA

